Processo nº: 0337522-63.2012.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP) em face de Wickbold & Nosso Pão Indústrias Alimentícias Ltda. (Wickbold) e Bimbo do Brasil Ltda. (Bimbo). Liminarmente requer seja determinado que 'as rés exibam ao lado na embalagem dos produtos comercializados os percentuais de farinha integral, com caracteres legíveis e de tamanho não inferior ao texto, ao lado da expressão 'integral', sempre que for feita menção ao fato de que se trata de um produto integral', sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Ao final do processo requer, além da confirmação da liminar, a condenação das rés a pagar indenização individual aos consumidores pelos danos morais e materiais por estes experimentados, bem como de condenação das rés 'a reparar os danos materiais e morais causados aos consumidores, considerados em sentido amplo', a qual requer seja fixada no patamar mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e cujo valor de ser revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Para tanto, sustenta que as rés estariam induzindo os consumidores a erro, pois comercializariam produtos fabricados com farinha branca, ou com produtos não naturais sob a denominação de 'produto integral'. Ato contínuo afirma que as rés se recusaram a assinar um termo de ajustamento de conduta visando a sanar a irregularidade apontada. Por fim, afirma que com tal conduta as rés estariam violando a legislação consumerista, especialmente os deveres de informação e transparência. Decisão de fls. 21 indeferindo a liminar pleiteada, uma vez que ausentes os requisitos do fumus boni juris e periculum in mora. A fls. 23 consta o edital previsto no art. 94 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Contestação da 2ª Ré de fls. 33-62 pleiteando pela Improcedência do pedido. No mérito sustenta: que em nenhum momento violou qualquer regra do CDC; que não há qualquer impropriedade nos rótulos de seus produtos; que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não possui normas técnicas que estabeleçam o que faz determinado produto ser integral; que há no rótulo de seus produtos informações adequadas que permitem aos seus consumidores ter exata ciência do que estão consumindo; que a característica 'integral' está ligada ao teor de fibras do produto e não apenas a quantidade de farinha integral utilizada na sua fabricação; que seus produtos são certificados como integrais por entidade internacionalmente reconhecida; e, por fim, que não induz o consumidor a erro não existindo violação a lei consumerista. A contestação veio acompanhada dos documentos de fls. 63-80. Contestação da 1ª ré de fls. 84-119 postulando a extinção do feito sem julgamento do mérito ou, caso as preliminares suscitadas não restem acolhidas, a improcedência do feito. Preliminarmente, sustenta a ausência das condições da ação, quais sejam, interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido e legitimidade das partes, uma vez que não existiriam interesses difusos coletivos ou individuais a serem tutelados e que não existe legislação afirmando o que seria produto integral. No mérito, sustenta: que não existe legislação determinando o que seria produto integral; que não há propaganda enganosa; que a própria Anvisa afirma a inexistência de legislação determinando o que seria ou não produto integral; e que o rótulo de seus produtos informa todos os ingredientes neles contidos. Por fim, impugna a multa diária almejada pelo MP, assim como a indenização pleiteada. Os documentos de fls. 120-182 instruem a contestação. Réplica a fls. 185-202 Despacho de fls. 203 solicitando que as partes informem as provas que pretendem produzir, assim como informem se há interesse na realização de audiência de conciliação. Petição da 1ª ré de fls. 204 afirmando que não há interesse na produção de outras provas. Petição da 2ª ré de fls. 205-206 requerendo a produção de prova documental, e oral, assim como afirmando seu desinteresse na realização da audiência de conciliação. Manifestação do MP de fls. 207 afirmando o desinteresse na produção de outras provas, assim como na realização de audiência de conciliação. Sendo desnecessária a produção de novas provas, passo a sentenciar o feito na forma do art. 330, I do CPC. É o relatório. Decido. Antes de apreciar o mérito devem ser analisadas as preliminares suscitadas pela 1ª ré. Início pela preliminar de ilegitimidade ativa. Tal preliminar deve ser rejeitada, uma vez que, na forma do artigo 129, III da Constituição e dos artigos 81, parágrafo único, III e 82, I do Código de Defesa do Consumidor, o MP é parte legítima para promover a defesa dos direitos individuais homogêneos dos consumidores, toda vez que se verificar a massificação do conflito e, conseqüentemente, o relevante interesse social na causa. O relevante interesse social está presente na hipótese, uma vez que as rés são sociedades de grande porte, de forma que seus produtos são ofertados a um número indeterminados de consumidores. Assim sendo, a massificação do conflito está configurada. Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se manifestou pela legitimidade do MP para defender em juízo o direito de informação dos consumidores: RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.206 - PR (2011?0229581-8) RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES EMENTA PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. EXAME DA OAB. ACESSO AO

CONTEÚDO DA PROVA. EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E DO DECURSO DE PRAZO DE 90 DIAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ACESSO À INFORMAÇÃO. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. MASSIFICAÇÃO DO CONFLITO. PREVENÇÃO. 1. Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia. 2. A jurisprudência desta Corte vem se sedimentando em favor da legitimidade ministerial para promover ação civil pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando a presença de relevância social objetiva do bem jurídico tutelado (a dignidade da pessoa humana, a qualidade ambiental, a saúde, a educação, para citar alguns exemplos) ou diante da massificação do conflito em si considerado. 3. É evidente que a Constituição da República não poderia aludir, no art. 129, II, à categoria dos interesses individuais homogêneos, que só foi criada pela lei consumerista. A propósito, o Supremo Tribunal Federal já enfrentou o tema e, adotando a dicção constitucional em sentido mais amplo, posicionou-se a favor da legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública para proteção dos mencionados direitos. Precedentes. 4. No presente caso, pelo objeto litigioso deduzido pelo Ministério Público (causa de pedir e pedido), o que se tem é pretensão de tutela de um direito divisível de um grupo: o direito de acesso à informação. 5. Assim, atua o Ministério Público na defesa de típico direito individual homogêneo, por meio da ação civil pública, em contraposição à técnica tradicional de solução atomizada, a qual se justifica para (i) evitar as inúmeras demandas judiciais (economia processual), que sobrecarregam o Judiciário, e decisões incongruentes sobre idênticas questões jurídicas, mas sobretudo para (ii) buscar a proteção do acesso à informação, interesse social relevante, cuja disciplina inclusive mereceu atenção em diplomas normativos próprios - Lei n. 12.527/2011 e Decreto n. 7.724/2012 (este, aliás, prevê a gratuidade para a busca e o fornecimento da informação no âmbito de todo o Poder Executivo Federal). 6. Nesse sentido, é patente a legitimidade ministerial, seja em razão da proteção contra eventual lesão ao interesse social relevante, seja para prevenir a massificação do conflito. 7. Recurso especial provido. Da mesma maneira, deve ser rejeitada a preliminar de falta de interesse de agir, uma vez que provimento jurisdicional pleiteado pelo autor é necessário, útil e o meio é adequado não havendo que se falar em falta de interesse de agir. Ainda em sede de preliminar deve ser rejeitada a alegação de impossibilidade jurídica da demanda, pois tanto o pedido formulado quanto a causa de pedir não são vedados pelo ordenamento sendo; portanto, juridicamente possíveis. Ademais, a alegação de que não há legislação afirmando qual o conceito de produto integral se confunde com o mérito da demanda; portanto, não deve ser apreciada em sede de preliminar. Superadas as preliminares suscitadas, passo ao exame do mérito. Cinge-se a controvérsia sobre a prática, ou não, de conduta dos réus apta a violar os princípios da informação consagrado no art. 6º, III e do CDC. O pleito autoral encontra fundamento na alegação de que as rés estariam induzindo os consumidores a erro, pois comercializam, sob a denominação 'integral', produtos cuja composição não possui ingrediente integral ou inclui produtos não naturais. De início, deve ser ressaltado que o tema está tratado por regulamento da Anvisa, a qual, instada a informar o que seria um produto integral, afirmou que 'inexiste definição de 'alimento integral' nos Regulamentos Técnicos da Anvisa' (doc. de fls. 10-12 do inquérito civil 187/2010). Assim sendo, vê-se que não se pode acolher o raciocínio do MP quando esse afirma que somente é produto integral aquele que possui 100% de ingredientes integrais. Não bastasse isso, o documento de fls. 27-30, juntado aos autos pelo próprio MP, é claro ao afirmar que 'que todos os produtos possuem um alto teor de fibras, característica essencial deste tipo de produto'. Desta feita, considerando que os produtos das rés apresentam alto teor de fibras integrais e que não há legislação ou regulamento técnico afirmando o que seria um produto integral, conclui-se pelo inteiro descabimento da alegação ministerial segundo o qual as rés estariam vendendo produtos que não são integrais como se fossem. Verifica-se, assim, que não há prática de propaganda enganosa por parte das rés. Da mesma forma, a alegação de violação ao dever de informação não procede. Isso porque, como se verifica da leitura da própria inicial, os rótulos fornecem todas as informações acerca dos ingredientes dos produtos fabricados pelas rés. Note-se que a denúncia que deu origem ao inquérito civil 187/2010, se deu com base na leitura dos rótulos dos produtos das rés, ou seja, tais rótulos possuem as informações sobre os ingredientes dos produtos da Ré, de forma que não há que se falar em violação ao dever de informação por parte das rés. Ademais, é de se ressaltar que, conforme ressaltado pela Anvisa, o tema em questão não possui relação com risco à saúde, tratando-se de mera caracterização do produto. Em virtude do panorama apresentado, mormente em se considerando que não há que se falar em violação ao princípio da transparência, a pretensão ministerial não merece prosperar. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado na inicial, extinguindo o feito com julgamento de mérito na fórmula do art. 269, I do CPC. Deixo de condenar o autor no pagamento das custas e honorários advocatícios, porquanto as verbas sucumbenciais somente são cabíveis, em ação civil

pública, quando comprovada má-fé, incorrente na hipótese. PRI